

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MELO FILHO, Murilo. *Murilo Melo Filho (depoimento, 1998)*.
Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

MURILO MELO FILHO
(depoimento, 1998)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Carlos Eduardo Barbosa Sarmento; Marly Silva da Motta

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 22/04/1998

duração: 1h 45min

fitas cassete: 02

páginas: 22

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista encontra-se publicada no livro "Crônica política do Rio de Janeiro", coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.

MURILO MELO FILHO

Nasceu em Natal e aos 18 anos veio para o Rio de Janeiro decidido a ser jornalista. Formou-se também em direito. Trabalhou no jornal católico *Correio da Noite* e a seguir, de 1951 a 1959, na *Tribuna da Imprensa*, onde foi chefe da seção de política. Em 1952 participou da fundação da *Manchete*, onde mantém até hoje a seção “Posto de escuta”, e de 1955 a 1962 dirigiu e apresentou o programa “Congresso em revista”, na TV Rio. É co-autor dos livros *Cinco dias de julho*, *Reportagens que abalaram o Brasil* e *O assunto é padre* e autor de *O desafio brasileiro*, *O milagre brasileiro* e *O modelo brasileiro*. Em 1997 lançou *Testemunho político*. Desde 1965 é diretor-executivo das Empresas Bloch. Seu depoimento foi concedido a Marly Motta Carlos e Eduardo Sarmiento em 22 de abril de 1998.

Uma vocação precoce

Poderia nos dar um breve painel do início da sua atividade jornalística, ainda na cidade de Natal?

Com 12 anos de idade, ainda de calças curtas, entrei pela primeira vez na redação de um jornal em Natal chamado *O Diário*. Era dirigido por Djalma Maranhão, que depois chegou a ser prefeito de Natal, foi cassado pela revolução e morreu melancolicamente em Montevideú, exilado e muito triste. Eu ouvia aos domingos, pelo rádio, os jogos do Brasil todo e na segunda-feira aparecia no *Diário* levando uma resenha esportiva. Ganhava Cr\$ 50,00 por semana quando a resenha era publicada. Depois, comecei a trabalhar n’*A Ordem*, um jornal dos católicos de Natal. E, logo em seguida, comecei a trabalhar também no jornal *A República*. Então, era de manhã em um jornal, de tarde noutro e de noite noutro. Peguei uma gripe e estive à beira de uma grave tuberculose, porque eu terminava de trabalhar à meia-noite, não havia mais bonde a essa hora, e então caminhava a pé. Morava muito distante, levava muita chuva e contraí uma pneumonia que quase degenerou em tuberculose. Fui para o interior, para Nova Cruz, e lá fui tratado com leite ferrado e mastruz. Foi aí que me recuperei e voltei para Natal com mais gana ainda de trabalhar em jornal.

Eu me recordo bem, por exemplo, de que, em certos dias, abria de manhã *A República*, e a primeira página quase toda tinha sido escrita por mim na noite anterior. Eu ficava acompanhando a ofensiva alemã, depois a contra-ofensiva russa, em 1944, e acompanhei aquelas duas ofensivas mais do que muitos generais. Eu tinha um mapa com Kiev, Smolenski, Stalingrado, Leningrado, e ia acompanhando com alfinete as marchas dos tanques alemães até quase às portas de Moscou; depois segui a contra-ofensiva russa dos generais Zukov e Timochenko, que empurrou as tropas alemãs até Berlim.

Como o senhor obtinha essas informações? Pelo serviço da BBC?

Pela BBC, pela France Presse e pela “Voz da América”, que eu ouvia. Depois, transformava aquelas notícias em telegramas como se eles tivessem chegado de Nova York, Washington, Londres e Paris.

Muito bem. Com 18 anos de idade, comuniquei a meus pais que eu vinha para o Rio de Janeiro. Foi um tabu terrível dentro de casa: eu era o filho mais velho e decidi vir para o Sul do país! Houve um conselho de família, eu tinha um tio muito ilustre, desembargador, homem muito culto, fiquei sentado na cadeira e ele, com o dedo em riste, me acusava de traidor, porque quando chegava na idade de ajudar nas despesas da casa, desertava para outra cidade! Deixei minha mãe em prantos em cima de uma cama, chorando com saudade, porque sabia que talvez aquele fosse um desligamento definitivo da minha casa e da minha vida em Natal.

Aí eu pergunto o seguinte: o que se passava na cabeça daquele menino que, ainda criança, lá em Natal, já tinha decidido ser jornalista no Rio de Janeiro? Hoje em dia, quando vejo a perplexidade e a indecisão de muitos jovens de 20, e até de alguns homens de 30 anos, sem saberem ao certo o que querem e para onde vão, me pergunto a mim mesmo por que eu tinha tomado desde criança aquela decisão? Transcorridos tantos anos, volto o meu pensamento para as angústias e sofrimentos que enfrentei aqui nesta assustadora megalópole. Era um menino tímido das peladas dos areais do bairro do Tirol, lá em Natal, que de uma hora para outra se via aterrorizado ante os arranha-céus desta cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer. Eu não queria de jeito nenhum voltar para Natal,

derrotado. Relembro as madrugadas nas redações de jornais aqui no Rio, as aulas noturnas na Faculdade de Direito, geralmente dormindo sobre as carteiras, vencido pelo sono e pelo cansaço, o escasso dinheiro para a passagem do bonde...

O senhor tinha alguém aqui no Rio de Janeiro?

Tinha uma irmã de mamãe, tia para cuja a casa vim. Mas quando desembarquei aqui, na gare de um avião anfíbio que pousou na baía de Guanabara, não sabia onde era a Zona Norte nem a Zona Sul. Lembro ainda, por último, as penosas marchas dos domingos na infantaria do CPOR... Há pouco tempo reuni os meus filhos para contar-lhes todo esse mutirão penoso. Lá para as tantas um deles me interrompeu e perguntou: “Pai, quer dizer então que para nós conseguirmos o que o senhor conseguiu na vida vamos ter que enfrentar tudo isso? Nós desistimos.” Eu, que pensava estimulá-los, calei a boca. Mas hoje confesso, sinceramente, que tudo aquilo valeu a pena.

O senhor identificou afinal de onde vinha essa vocação para o jornalismo desde os 12 anos de idade, que o trouxe para o Rio de Janeiro?

Isso é o que eu me pergunto a mim mesmo. Primeiro, não havia antecedentes de jornalistas na família. Segundo, meu pai e minha mãe não me animavam nisso. Meu pai via aquelas minhas primeiras reportagens publicadas no *Diário* e dizia para minha mãe: “Que bobagem esse menino querer ser jornalista! Ele nunca vai ser jornalista, muito menos no Rio de Janeiro.” Mas eu sabia que, no quarto de dormir, longe de mim, ele me lia e vibrava com aquelas reportagens. Não dava, porém, o braço a torcer. Então, eu não tinha estímulo, nunca tive. Hoje os pais animam os filhos, ajudam, mas comigo foi diferente.

Cheguei no Rio para trabalhar. Minha primeira preocupação era ganhar dinheiro, primeiro, para me sustentar, e segundo, para ajudar na educação de seis irmãos mais moços do que eu e a fim de provar que aquele tio estava errado quando me acusou de traidor. Minha preocupação era essa. Ofereci-me então em todos os jornais para que eles me aproveitassem e tentassem fazer uma experiência comigo, vendo se eu prestava ou não. O Rio de Janeiro naquele tempo tinha muitos jornais diários. Que eu me recorde assim, eram *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário Trabalhista*, *A Vanguarda*, *O Dia*, *A Notícia*, *A Noite*, *A Manhã*, *O Radical*, *Correio da Noite*, *Vanguarda Socialista*, *O Globo*, *O Popular*, *Folha Carioca*, *O Mundo*. E havia também muitas revistas, *O Cruzeiro*, *Diretrizes*, *Revista da Semana*, *Radiolândia*, *Cinelândia*, *Revista do Rádio*, *Tico-Tico*, *Careta*, *Comício*, *Sombra*. Eram 25 revistas semanais e uns 24 jornais diários. O único que me deu uma chance foi um jornal chamado *Correio da Noite*.

Era um jornal da Cúria Arquidiocesana, e o diretor chamava-se Abner de Freitas. Esse homem foi muito importante na minha vida. Comecei fazendo uma reportagem que hoje não existe mais, chamada reportagem marítima. Éramos seis repórteres, um do *Correio da Manhã*, outro do *Diário de Notícias*, outro do *Diário Carioca*, outro d’*O Globo*, outro d’*A Noite* e eu, do *Correio da Noite*. Nós íamos para a polícia marítima às cinco horas da manhã, pegávamos uma lancha e íamos interceptar os navios transoceânicos que chegavam da Europa e dos Estados Unidos aqui na barra. Subíamos por uma escadinha de corda e íamos entrevistar passageiros importantes.

Qual foi seu primeiro contato com o mundo da política na capital da República?

O primeiro contato que eu tive, até certo ponto histórico, foi em julho ou agosto de 1946. A Constituinte tinha se instalado no dia 2 de fevereiro de 1946 para elaborar a nova constituição. Em julho, se não me engano, o general Eisenhower veio fazer uma visita oficial ao Rio. Ele fora o comandante das tropas aliadas que haviam desembarcado na França, tinha libertado a Europa, era um herói de guerra. Foi recebido no Rio com festa, eu me recordei, desfilou na avenida Rio Branco, papéis picadinhos voavam lá de cima, caíam flores em cima dele. E foi visitar o Congresso. Quando chegou ao Palácio Tiradentes, sentou-se na mesa, e Nereu Ramos, presidente da Constituinte, deu a palavra a Otávio Mangabeira, para saudar o general Eisenhower. O dr. Mangabeira naquele dia fez talvez um dos seus discursos mais bonitos. Era um grande orador. Dizem que sempre decorava os discursos.

Improviso decorado...

Mas havia a gesticulação dele, aquela boca cheia de línguas, aquela dicção baiana... Ele fez aquilo com uma bela empolgação. Quando acabou de falar, ele, de baixo, viu o general Eisenhower se levantar da mesa, mais acima, e lhe estender a mão. Estava tão nervoso, tão entusiasmado, que beijou a mão de Eisenhower. E Ibrahim Sued, que estava do meu lado na bancada da imprensa, começando a carreira dele de repórter fotográfico, não ainda de repórter social, fez aquela foto que o consagrou, porque foi tida como símbolo da submissão do Brasil aos Estados Unidos. O dr. Mangabeira tinha um apartamento permanente aqui no Hotel Glória, e tempos depois, um dia fui lá conversar com ele. “Dr. Mangabeira, por que é que o senhor beijou a mão do general Eisenhower?” Ele disse: “Murilo, eu tenho a vida muito curtida por tantas experiências, de exílio e tudo, mas naquela ocasião me deixei trair pela emoção. Quando vi aquele homem estendendo a mão para mim, pensei que ele não queria apertar a minha mão, queria que eu beijasse...” Esse foi meu batismo de fogo aqui na Constituinte.

O jornalista político

O senhor também fazia reportagens políticas para o Correio da Noite?

Fazia reportagens marítimas e depois passei a fazer reportagens políticas, principalmente quando começou a campanha da sucessão presidencial de 1950, com Getúlio candidato à presidência da República. Mas 1950, por coincidência, era também um ano santo, e o *Correio da Noite*, como jornal católico, recebeu uma passagem de cortesia para mandar um repórter a Roma. Eu não era nem o melhor nem o mais antigo repórter do *Correio da Noite*, era apenas o mais esforçado. Havia muita gente da curriola do Abner querendo ir, mas o Abner disse: “Não, quem vai é um reporterzinho aí da reportagem marítima chamado Murilo Melo Filho.” Fui então num cargueiro grego que comportava, na melhor das hipóteses, 20 pessoas. Foram 600! Vocês podem imaginar as condições de *conforto*, com uns por cima dos outros. Foram meus colegas, nessa viagem, dom José Távora, depois bispo aqui no Rio, dom Hélder Câmara, dom Avelar Brandão, que depois foi arcebispo primaz da Bahia, e mais quinhentos e tantos peregrinos. Assistimos em Roma às comemorações do ano santo, e depois estendi a viagem por mais três meses a várias cidades da Itália, Suíça e França. Fui a Paris e voltei para Marselha a tempo de pegar o mesmo navio no porto e viajar de volta.

O jornal o estava financiando para mandar matérias?

O jornal me deu uma pequena ajuda de custo e mandei muitas matérias, não só sobre o ano santo como sobre as cidades italianas e francesas que visitei. Quando

cheguei de volta ao jornal, um belo dia bate um telefone para mim, e a pessoa do outro lado diz assim: “Murilo, aqui é o Carlos.” Respondi: “Ô, vagabundo, eu trouxe aquelas fotos de mulheres nuas que você me encomendou de Paris!” A pessoa disse: “Não, Murilo, aqui quem está falando é o Carlos Lacerda.” Eu: “Ah, dr. Carlos, o senhor me perdoe. Pensei que estava falando com um colega meu de Copacabana.” Ele: “Não tem importância, percebi logo. Li as suas reportagens da Europa, apreciei bastante e gostaria que você viesse trabalhar comigo aqui na *Tribuna da Imprensa*.¹ Estou lançando um tipo de reportagem parecido com as suas e teria muita honra se você viesse trabalhar comigo.” Eu disse: “Olha, dr. Carlos, eu não tenho jeito de dar um pontapé aqui no jornal. Afinal de contas eles me deram agora o prêmio de uma viagem à Europa, e eu me sentiria muito ingrato em abandonar de uma hora para outra isso aqui.” Ele disse: “Não, Murilo, eu também não tenho pressa. Você pode pensar com calma que daqui a uns tempos eu lhe dou outro telefonema.”

Não fui procurar o Abner naquela hora, porque pareceria que eu estava fazendo chantagem por melhoria de salário. Carlos Lacerda me ofereceu Cr\$ 2.500,00 por mês e eu, no *Correio da Noite*, ganhava Cr\$1.200,00, menos da metade. Três meses depois o Carlos me ligou novamente. “Olha, Murilo, não posso mais esperar por você. Se você não vem, me diga porque vou ter que convidar outra pessoa.” Eu disse: “Não, vou conversar com o diretor do jornal aqui.” Esperei o Abner chegar. Ele chegava ao meio-dia no jornal, eu entrava desde a madrugada e já deixava na mesa dele, como colaboração espontânea, o artigo de fundo do *Correio da Noite*, geralmente de apoio às posições da Igreja. Chegava, já encontrava o artigo pronto, dava graças a Deus, publicava e ia para a Cúria perguntar ao cardeal, dom Jaime Câmara: “O senhor viu o artigo de fundo hoje do *Correio da Noite*?” “Ah, está muito bem escrito...”

Mas o fato é que o Abner já tinha sido grato a mim quando me deu a viagem. Foi correto comigo primeiro quando me deu o emprego, segundo quando me deu a viagem e terceiro quando eu fui a ele e disse: “Dr. Abner, Carlos Lacerda me convidou para trabalhar na *Tribuna da Imprensa*, e quero saber do senhor se eu posso ir ou não.” Ele virou-se para mim e respondeu: “Ah, esse Carlos Lacerda é um filho dessa, filho daquela, já me tirou daqui o Amaral Neto e agora quer me tirar você também porque sabe que eu preciso dos dois.” Mas aí bateu na minha perna — eu me lembro demais disso — e disse: “Murilo, não tenho condições de prejudicar você. Este jornal não tem mesmo futuro, e enquanto isso a *Tribuna da Imprensa* é uma coisa nova. Esse Carlos Lacerda, eu não gosto dele, mas é um grande jornalista. Se você não está querendo aceitar o convite dele para ser grato a nós, desde agora fica liberado de qualquer compromisso conosco, porque mais cedo ou mais tarde o cardeal vai vender o jornal.” Agradei muito a ele e assim me liberei para trabalhar com Lacerda. Isso foi em 1951. A *Tribuna da Imprensa* já existia havia dois anos. Foi logo depois da eleição do Getúlio para a presidência da República.

Que tipo de reportagem o senhor foi fazer na Tribuna da Imprensa?

¹ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Lacerda. Antes da fundação do jornal, Lacerda era articulista do *Correio da Manhã*, onde assinava a coluna “Tribuna da Imprensa”. Por tê-la usado para atacar a família Soares Sampaio, ligada por laços de amizade a Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio*, foi afastado desse matutino, conservando, entretanto, o direito de usar o título de sua coluna da maneira que melhor lhe conviesse. Usou-o para batizar um novo jornal que, representando as principais proposições da UDN, viria a fazer constante oposição ao getulismo. Ver *DHBB*, op. cit.

Reportagem política. Já então eu começava a fazer reportagem da Câmara e pouco tempo depois fui escolhido pelo Carlos para chefe da seção política do jornal.

A mudança deve ter sido muito radical: sair de um órgão de imprensa católico, de tom cordial, e ir para um jornal ultracombativo como era naquele momento a Tribuna da Imprensa, com a eleição do Getúlio... Qual era a sua expectativa?

Eu ia entrar num jornal que se afinava muito com as minhas opiniões. Era um jovem muito idealista e trabalhar na *Tribuna da Imprensa* representava uma honra muito grande para mim. Eu me empolguei por todas aquelas causas que a *Tribuna* passou a defender. A denúncia de corrupção policial para proteger o lenocínio no Mangue, a campanha contra Mendes de Moraes como prefeito, a campanha “Ajuda teu irmão”, para ajudar os flagelados do Nordeste que naquele tempo estavam sofrendo uma seca intensíssima, a denúncia de irregularidades e negociatas no Sesc e finalmente a campanha contra Getúlio. Eu me engolfei nessas lutas todas com muito idealismo e dormia semanas inteiras na própria redação, em cima de jornais que recobriam as mesas. Era solteiro e muito lutador. Queria vencer na minha profissão e achei que aquela era uma grande oportunidade.

Como era o perfil de Carlos Lacerda como editor e diretor de jornal?

Ele foi um grande professor para nós todos na *Tribuna*. Houve um determinado momento em que o Carlos reuniu o que havia de melhor no jornalismo aqui no Rio de Janeiro. Todos jovens, sonhadores, entusiasmados. Eu me recordo mais ou menos dos nomes — com minha exceção, ele reuniu o que havia de melhor no jornalismo: Carlos Castello Branco, Villas-Bôas Corrêa, Luiz Garcia, Zuenir Ventura, Carlos Leonam, Cláudio Lacerda, Carlos Lemos, Hermano Alves, Newton Carlos, Nilson Viana, Walter Cunto, João Duarte Filho, Ledo Ivo, Caio Pinheiro, Hilcar Leite, Ayrton Baffa e muitos outros.

Pouco depois de ir para a Tribuna o senhor começou também a colaborar na Manchete, não?

Sim. Quando a *Manchete* foi fundada, no dia 23 de abril de 1952, na primeira edição eu já compareci com uma seção chamada “Posto de escuta”. Era uma seção de notícias pequenas, com os nomes das pessoas em negrito para destacar e para despertar o interesse humano do texto.

Quem o convidou a ir para a Manchete?

Adolpho Bloch. Hoje sou um dos três fundadores ainda vivos da *Manchete* e que continua na casa. Somos eu, Wilson Passos e Gervásio Batista, fotógrafo, lá em Brasília. Os outros fundadores foram Adolpho e Oscar Bloch, que já morreram.

Mas, por incrível que pareça, em 1955, na primeira semana em que a TV Rio foi para o ar — a sede da TV Rio era onde hoje é o *shopping* Cassino Atlântico —, comecei também um programa chamado “Congresso em revista”. Era um programa, semanal, de meia hora, dividido em três partes. A primeira parte, um comentário sobre o assunto de mais destaque naquela semana. A Segunda, sobre os ausentes da semana: com base no *Diário do Congresso* eu publicava em todo o programa os deputados que tinham estado ausentes. E a terceira parte era o entrevistado da semana: geralmente o deputado ou senador que mais se tivesse destacado naqueles sete dias.

A televisão no início devia assustar um pouco, não?

Ah, sim! Era muito precário, tudo ao vivo, não havia recurso técnico nenhum. Existia um auditório do antigo Cassino Atlântico, e eu fazia o programa no palco. Não tinha hora certa para entrar, geralmente atrasado, onze e meia, meia noite. Mas a verdade é que eu comecei a fazer esse programa em 1955 e fiquei no ar durante sete anos seguidos, até 1962. E sempre com o mesmo patrocinador: Zenith Rádio e Televisão.

A iniciativa de fazer esse programa foi sua?

Foi minha, na base da intuição, da ousadia. Eu não tinha assistência nenhuma, não tinha produtor, não tinha diretor, não tinha nada. Mas vi que aquilo era o futuro do jornalismo.

Seu programa “Congresso em revista” significava basicamente a cobertura da Câmara dos Deputados. Como era fazer essa cobertura, como era conviver com aqueles políticos de peso da época, grandes oradores?

Nós assistimos aqui no Palácio Tiradentes, entre 1950 e 1960, à época áurea da democracia brasileira. Nunca mais a democracia no Brasil vai viver uma década tão brilhante, de debates inesquecíveis. Carlos Lacerda, Vieira de Melo, Afonso Arinos, os dois Mangabeiras, João e Otávio, Prado Kelly, Soares Filho, José Bonifácio, José Joffily, Aduino Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Oscar Correia, Hermes Lima, Alkmin, Tancredo participavam de debates com as galerias repletas de populares acompanhando aquilo no dia-a-dia.

Nós fazíamos parte da bancada da imprensa, e vejam bem quem escrevia a reportagem política naquele tempo: Samuel Wainer, Carlos Lacerda nos primeiros anos da Constituinte, Rafael Correia de Oliveira, Pompeu de Souza, Joel Silveira, Raimundo Magalhães Jr., Prudente de Moraes Neto, Heráclio Salles, Villas-Bôas Corrêa, Carlos Castello Branco e eu, mocinho, que não era levado muito a sério. Mas nós estabelecíamos um entrosamento, uma intimidade até, com aqueles líderes políticos, e eles tinham tanta confiança em nós que, por exemplo, José Maria Alkmin chegava para mim e dizia: “Murilo, está aqui essa notícia. A primeira parte você pode publicar. A segunda parte você não publica nunca, é só para sua orientação. E a terceira parte você pode botar na minha boca.” Se você cumpria aquele cronograma, conquistava uma fonte. E assim as fontes passavam a ser o grande patrimônio do jornalista. Quanto mais confiança nós infundíamos nos políticos, mais conquistávamos deles quase que a obrigação de nos devolver em notícia. Até o contato físico na Câmara era muito próximo: dois passos entre a bancada da imprensa e a bancada dos deputados. E assim se estabeleceu essa confraternização e até amizade entre deputados e jornalistas.

O Rio de Janeiro naquele tempo era o grande tambor de ressonância nacional. O *Correio da Manhã* publicava um artigo do Álvaro Lins na primeira página, e o presidente, no Palácio do Catete, tremia de medo. A imprensa tinha uma força muito grande sobre o Congresso. Foi praticamente a *Tribuna da Imprensa* quem derrubou o Getúlio em 54, com o apoio do *Correio da Manhã*, do *Diário Carioca*, do *Diário de Notícias* e de Chateaubriand, nos Diários Associados. Getúlio só tinha um jornal que o apoiava, a *Última Hora*.² Todos os outros eram contra. A imprensa exercia uma influência muito grande sobre o governo.

² A *Última Hora* foi fundada por Samuel Wainer em 12 de junho de 1951 com o objetivo de defender o governo Vargas e enfrentou, por isso mesmo, a oposição dos demais jornais do país, principalmente da *Tribuna da Imprensa*. Em abril de 1953, instalou-se na Câmara dos Deputados uma Comissão

Tribuna x Última Hora, ou Lacerda x Getúlio

A Última Hora era a favor de Getúlio, a Tribuna era o jornal de Carlos Lacerda. Quem lia um não lia o outro. Quem trabalhava num, como via quem trabalhava no outro?

Nós nos dávamos muito bem, confraternizávamos. Querem saber como surgiu a luta da *Tribuna da Imprensa* com a *Última Hora*? Não sei se alguém já contou. Eu vou contar. Nós estávamos em agosto de 1953, quando um repórter, certo dia, como quem não quer nada, e sem dar importância ao fato, chegou na *Tribuna da Imprensa* com uma notinha dizendo que o procurador do Banco do Brasil, Herófilo Azambuja, tinha sido designado interventor na *Última Hora* para fiscalizar o dinheiro que o Banco do Brasil havia dado para fundar o jornal. Carlos Lacerda, naquele entusiasmo, naquela coisa, mandou dar a notícia em manchete de primeira página. Dois dias depois, a *Última Hora* apareceu com aquele repórter na sua primeira página, com Samuel Wainer, João Etcheverry e Otávio Malta em volta, dizendo que tinha sido obrigado pelo Carlos Lacerda a forjar aquela notícia. Isso desmoralizava a *Tribuna da Imprensa*, porque nós éramos chamados de forjadores de notícias falsas. A *Última Hora* garantia que não tinha nada que ver, que aquele procurador não estava lá. E Carlos Lacerda começou a insistir que a notícia era verdadeira.

Por minha iniciativa, fui então à rua Gomes Carneiro, em Ipanema, ao edifício onde morava o procurador Herófilo Azambuja. Perguntei ao porteiro pelo procurador, e ele disse: “Faz quatro meses que o dr. Azambuja está em Porto Alegre e não vem ao Rio.” Voltei para a *Tribuna* e disse: “Carlos, o repórter mentiu a todos nós. Ele inventou essa notícia para depois ir à *Última Hora* dizer que tinha sido obrigado por nós a forjá-la. Fui ao edifício do Herófilo Azambuja e lá me disseram que há quatro meses ele não vem ao Rio. Então ele não podia estar no Rio para dar essa notícia!” Nós estávamos muito desmoralizados. Fomos para Petrópolis, lá para aquela casa que o Carlos tinha na serra — lembro demais disso —, estávamos no carro eu, ele, o cunhado, Odilon Lacerda, casado com a irmã dele, e o Carlos disse: “Olha, Murilo, nós não temos mais nada a perder, vamos cair de pau nessa gente. Agora, ou vai ou racha.”

Nós tínhamos condições de constituir na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o financiamento do Banco do Brasil à *Última Hora*. Através do deputado Armando Falcão, reunimos o número de assinaturas suficiente para constituir automaticamente essa CPI. Castilho Cabral era o presidente, Ulisses Guimarães era um dos membros, Frota Aguiar, um deputado daqui do Rio, também era membro, e Guilherme Machado, da UDN de Minas, era o relator. Por essa comissão, talvez uma das poucas comissões parlamentares de inquérito que funcionaram na Câmara, desfilaram o conde Matarazzo, Walter Moreira Sales, Euvaldo Lodi, Samuel Wainer, Baby Bocayuva, que depois foi deputado aqui, era diretor da *Última Hora* também. E lá Carlos Lacerda começou a encurralar o Wainer. A campanha contra a *Última Hora* foi num crescendo tamanho que em determinado

Parlamentar de Inquérito para apurar os empréstimos que o Banco do Brasil havia concedido a Wainer para a fundação de seu jornal. As conclusões da CPI, divulgadas em novembro, referiram-se ao “regime de favoritismo” aplicado pelo Banco do Brasil às empresas de Wainer, que, àquela altura, respondia também a processo por falsidade ideológica: era acusado de declarar-se brasileiro, quando teria nascido na Romênia. No início de 1954, com a concordância de Vargas, o Banco do Brasil decidiu executar as dívidas de Wainer, que no último momento conseguiu saldá-las. A campanha contra a *Última Hora* prosseguiu mesmo após a morte de Getúlio, só vindo a cessar no governo Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.

momento nós descobrimos que Samuel Wainer não era brasileiro, era romeno, bessarabiano...

Fomos aos poucos vinculando a *Última Hora* ao Getúlio, que tinha autorizado aquele dinheiro do Banco do Brasil para financiá-la. E aí a campanha transbordou, da *Última Hora* para o Congresso. Getúlio ficou acuado, e no dia 5 de agosto de 1954 houve aquele atentado na rua Toneleros, em que morreu o major Vaz e Carlos Lacerda foi atingido na perna. Do dia 5 de agosto até o dia 24 de agosto, portanto durante 19 dias, conspirou-se muito e abertamente contra o Getúlio. Envolveu-se a Aeronáutica por causa da morte do major Vaz, e a Aeronáutica instaurou um IPM, Inquérito Policial Militar, no Galeão. Por que IPM? Porque o revólver que tinha morto o major Vaz era calibre 45, de uso privativo das Forças Armadas. Aí começou a onda contra Getúlio. De tal maneira que no dia 11 de agosto, seis dias depois do atentado na Toneleros, eu estou na *Tribuna* e o Carlos telefona para mim — ele estava em casa — dizendo: “Murilo, preciso muito falar com o seu conterrâneo.” Percebi logo quem era e disse: “Carlos, há muito tempo que não falo com Café Filho.”

Eu era muito amigo do Café quando ainda deputado federal. Na bancada da imprensa nós o elegemos por quatro anos seguidos como o melhor deputado do ano. Ele tinha uma atuação intensa, diária. Lia os jornais de manhã e, com base no noticiário, ia para a tribuna fazer discursos. Um dia descobriu que o ministro da Fazenda do Dutra, Correia e Castro, tinha feito um pedido humilhante ao secretário do Tesouro americano, John Snyder, solicitando com o pires na mão a ajuda dos Estados Unidos para salvar a situação econômica do Brasil. Com base naquilo, fez um discurso violento contra o ministro Correia e Castro. O governo ainda tentou desmentir dizendo que o ministro jamais tinha escrito aquela carta, mas Café tinha o original da carta e com isso derrubou o Correia e Castro. E inovou, porque incluiu na prática do presidencialismo brasileiro uma prática do parlamentarismo, que é um deputado conseguir derrubar ministro...

Mas enfim eu disse: “Carlos, faz dois anos que eu não falo com Café. Desde que ele se elegeu vice-presidente da República na chapa de Getúlio, nunca mais falei com ele.” Disse o Carlos: “Mas eu preciso falar com ele.” Respondi: “Está bem. Se você precisa, eu vou agir.” Saí da *Tribuna* e fui para o gabinete que Café Filho tinha aqui no Ministério do Trabalho, no último andar. Cheguei lá, me apresentei ao Ozéas Martins, jornalista chefe de gabinete do Café. Ozéas percebeu logo que eu tinha alguma coisa importante para falar e me mandou entrar. Na ante-sala estavam o senador Dinarte Mariz, Dix-Huit Rosado, vários senadores do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Quando entrei, eu disse: “Presidente, venho aqui em uma missão do Carlos: ele quer falar com o senhor.” Ele aí tomou aquele susto e disse: “Mas Murilo, eu estou evitando contatos que pareçam que eu estou conspirando contra o dr. Getúlio. Fui muito contra ele, combati-o muito em 37, fui cassado por ele no Estado Novo, na Constituinte liderei a campanha ‘Lembraí-vos de 37!’, mas depois fiz as pazes com ele e hoje somos amigos. Eu me elegi na sua chapa e não quero que pareça que estou conspirando contra ele.” Eu disse: “Está bem, Presidente. Então eu volto e dou sua resposta ao Carlos.” Ele disse: “Não, espera um pouquinho. Com o Carlos eu me encontro. E o lugar dessa reunião?” Olhou assim para mim como querendo sugerir que fosse no meu apartamento. Eu disse: “Olha, Presidente, no meu apartamento não pode porque eu moro com uma tia velhinha, o apartamento é muito modesto e não se presta a um encontro tão importante como este.” Aí o Café Filho disse: “Não pode ser no meu porque eu estou muito vigiado. No do Carlos muito menos. Quem sabe aqui no Hotel Serrador? Está hospedado lá um conterrâneo nosso do Rio Grande do Norte

chamado Olavo Galvão de Medeiros, diretor do Banco do Nordeste. Ele está no apartamento 1510. Você leva o Carlos para lá às duas horas e eu vou me encontrar com vocês.” Eu disse que estava bem, me despedi e fui me encontrar com o Carlos.

Carlos estava no quartel da Polícia Militar, na rua Salvador de Sá, fazendo o reconhecimento da guarda pessoal do Getúlio que estava desfilando para ele tentar reconhecer o pistoleiro que tinha matado o major Vaz. Já havia então a suspeita de que o pistoleiro pertencia à guarda pessoal de Getúlio. Carlos saiu de lá com dois coronéis da Aeronáutica, armados com duas metralhadoras, em um Chevrolet preto, e depois pulou para o meu Opel Olímpia, com os dois coronéis atrás. Teve começado a seguinte conversa: “Murilo, o *general* se encontra comigo?” Eu disse: “Olha, Carlos, o *general* se encontra com você às duas horas da tarde no Hotel Serrador.” Ele: “Ih, mas eu estou com uma fome danada. Vamos lá em casa primeiro comer alguma coisa.” Fomos lá na Toneleros, estava Raul Brunini gravando para a Rádio Globo uma entrevista com ele e tal. Sei que às duas horas da tarde eu ainda estava em Copacabana. Aí liguei para o Hotel Serrador e disse: “Olavo, o seu homem está aí?” “O meu homem está aqui há uma hora lhe esperando.” “Mas o meu ainda está aqui...” “Então venham para cá!”

Fomos, estacionei o meu Opel defronte ao Hotel Serrador, fui multado por um guarda, Carlos saiu apoiado no meu ombro porque estava com a perna direita enfaixada por causa do tiro que tinha levado na Toneleros, e eu cheguei para o ascensorista e disse: “Olha, nós vamos ao 15º andar, mas o senhor toca aí no sexto, no oitavo, no décimo, para a gente despistar.” Chegamos no 15º andar, Carlos saiu do elevador, Olavo abriu a porta do apartamento e eu vi no fundo Café Filho de calças brancas, camisa branca, gravata e suspensórios pretos.

Carlos ficou uma hora e meia conversando com Café. Nesse meio tempo chegam repórteres lá no 15º andar. O dono do hotel chamava-se Francisco Serrador, era um lacerdista fanático. Eu cheguei para ele e disse: “Francisco, você não é lacerdista, não é do Clube da Lanterna?”³ Então, por favor, dispersa essa gente porque esse encontro é secreto...” Café, quando concordou em ir ao encontro do Carlos, tinha dito o seguinte: “Vou, mas há uma condição: que esse encontro nunca seja divulgado.” Não sei o que o Chico disse para os jornalistas, mas sei apenas que conseguiu dispersá-los. Uma hora e meia depois sai o Carlos lá do apartamento, já em uma cadeira de rodas que tinha providenciado, e faz um gesto com o polegar direito para cima, dando a entender que tinha saído tudo bem na conversa. Naquele dia 11 de agosto Carlos Lacerda conseguiu convencer Café Filho de que, derrubado Getúlio, ele, Café Filho, como vice-presidente da República, assumiria a presidência. Porque até então toda a conspiração esbarrava nessa grande incógnita: saber se Café aceitaria suceder a Getúlio ou não. Naquele dia ele entrou na conspiração. Foi ao Senado e fez aquele discurso sugerindo a renúncia dupla, dele e de Getúlio. Sabia que Getúlio não ia aceitar a sugestão e ele então se incorporaria definitivamente à conspiração.

Aconteceu que no dia 24 de agosto houve aquela reunião do ministério aqui no Catete, quando Getúlio deu a palavra a cada um dos ministros e, como ninguém

³ Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953 no Rio de Janeiro pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo de Getúlio Vargas. O próprio Lacerda ocupava a presidência de honra da organização, o jornalista Amaral Neto era seu presidente efetivo, e Alcides Carneiro era o orador oficial. O Clube da Lanterna congregava diversos parlamentares, principalmente da UDN, maior partido de oposição. Seu órgão oficial era a revista *O Maquis*, mas a *Tribuna da Imprensa* também dava cobertura às suas atividades. Foi fechado em 24 de novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek. Ver *DHBB*, op. cit.

concluía nada, ele concluiu dizendo que se licenciaria e só pedia que os ministros garantissem a ordem e a segurança no país. Aí se recolheu ao quarto. Já estava com aquele texto da carta-testamento, mas para uma hipótese de resistência armada no Catete, jamais de suicídio. Quando ele se recolheu ao quarto, logo depois entrou o Bejo, irmão dele, dizendo que tinha sido convocado a depor no Galeão. E o desafiou: “Olha, agora vou eu; mas amanhã vais tu”, dando a entender que o próprio Getúlio seria depois chamado a depor no Galeão. Eu sei que assim que o Bejo saiu, Getúlio puxou o revólver da gaveta, deu aquele tiro e se matou.

Isso foi às oito horas da manhã do dia 24 de agosto, e até às oito horas da manhã, nós, na *Tribuna da Imprensa*, éramos os grandes vitoriosos, porque havíamos conspirado contra Getúlio, e Getúlio tinha acabado de tirar uma licença, afastara-se do governo, não voltaria mais. Começaram a chegar caixas de cerveja e de vinho na *Tribuna* para nós comemorarmos a vitória. Pois bem: com aquele tiro no peito às oito horas da manhã, passamos de grandes vitoriosos a grandes derrotados.

Nesse momento o senhor estava na Tribuna?

Estava. Eu tinha uma namoradina na Tijuca que, lembrando-se de uma flâmula da *Tribuna da Imprensa* no meu Opel, telefonou e disse: “Murilo, tira a flâmula porque está passando gente aqui dizendo ‘morra Lacerda!’ e afluindo em direção à *Tribuna*.” Dom Távora, aquele bispo que foi comigo a Roma, ligou para mim do palácio da Cúria e disse: “Murilo, estão passando por aqui com a bandeira do Brasil, gritando ‘morra Lacerda!’ e caminhando para aí.” De uma hora para outra, de vários pontos da cidade, vinham informes de que estava gente afluindo em direção à *Tribuna*. O Carlos ainda esteve lá às nove horas da manhã, pulando numa perna só, sentou-se na máquina e escreveu um texto muito infeliz, pensando que nós ainda teríamos condições de circular com o jornal naquele dia. O texto dizia: “Getúlio Vargas, o homem que não soube viver e não soube morrer.” Em seguida foi com dois coronéis para o Santos Dumont e de lá tomou um helicóptero para o Galeão.

Quem eram esses coronéis?

Eram uns coronéis da Aeronáutica, os mesmo que tinham passado a lhe dar segurança naqueles comícios que ele fazia em casas, em colégios. Na noite da Toneleros era o major Vaz que estava com ele, mas devia ter sido Gustavo Borges. Gustavo estava escalado, mas teve que fazer um vôo para Goiânia em substituição a um colega e telefonou ao Vaz pedindo que o substituísse. Quer dizer, Gustavo Borges salvou-se de uma morte preparada para ele. Além do Borges e do Vaz, faziam parte desse grupo Haroldo Veloso, que depois participou de Jacareacanga, Lameirão... Eram uns 12 a 15 que se revezavam. Naquele dia eu não sei quais eram os dois que estavam comboiando Carlos Lacerda.

Do Galeão, Carlos ficou ligando para nós, porque tínhamos escalado quatro para defender a *Tribuna da Imprensa*: eu, Hilcar Leite, Amaral Neto e Walter Cunto. Começamos a armar um esquema para defender o jornal. Eu ainda saí, peguei o meu carrinho que estava defronte, botei três quarteirões adiante, tirei a flâmula e salvei-o de ser incendiado, porque eles estavam incendiando os carros do *Globo* e da *Tribuna da Imprensa* naquele dia. Rolamos bobinas de papel para reforçar as portas e fui para o segundo andar, abri a janela e olhei. Se eu nunca tivesse tido medo até então na vida, naquele dia eu tive! Me correu um frio pela espinha! Olhei para a rua do Lavradio, tomada por aquela massa ululante com bandeiras nacionais, cantando o hino nacional, gritando “morra Lacerda! morra Lacerda!”. Eles chegaram, estacionaram defronte do jornal, começaram a jogar pedras, uma delas quebrou uma vidraça e feriu

o Cunto na testa. Eu estava em contato com o coronel Sizeno Sarmiento, que tinha assumido o comando da guarnição aqui no Rio naquela emergência para assegurar a ordem. Eu dizia: “Coronel, manda uma tropazinha aqui para o jornal, para nos salvar!” Uma tropa isolaria o jornal e nos garantiria. E Carlos ficava telefonando do Galeão: “Saíam daí, o importante é salvar a vida de vocês, vocês estão correndo risco de vida! Larguem isso!” Só às três horas da tarde é que o Exército mandou a cavalaria, isolaram ali defronte do jornal e a massa começou a se dispersar.

Nesse meio tempo aconteceu uma coisa curiosa. Vizinha à *Tribuna da Imprensa*, na rua do Lavradio, ficava uma associação de policiais. Aquele comissário Deraldo Padilha, que era muito valente, criador de caso aí com mulheres, prostitutas etc., pulou e caiu no pátio interno da *Tribuna*, onde havia um busto de Rui Barbosa que o Carlos depois, quando foi governador, levou de lá para o Guanabara, um busto bonito do Rui. O Padilha chegou para nós e disse: “Hasteiem a bandeira a meio pau em homenagem ao dr. Getúlio que acabou de se suicidar. Se vocês botarem a bandeira a meio pau, eu disperso essa multidão.” Aí botamos em votação e fui derrotado por três a um. Eu era contra botar a bandeira do Brasil e ainda disse para o dr. Padilha: “O que eles querem é a bandeira do Flamengo, não a bandeira nacional.” E o Cunto: “Nesta ocasião você ainda quer fazer brincadeira!” Eu sei que ele hasteou a bandeira e não dispersou coisa nenhuma. Eles continuaram ameaçando, gritando. Mas quando foi de tarde, com a chegada desse grupo de cavalarianos, começaram a ir embora. Nisso, nós emendamos três escadas e saímos pelos fundos da *Tribuna da Imprensa*, que dava para os fundos do *Correio da Manhã*, na Gomes Freire. Saímos pelo *Correio da Manhã* e nos livramos dessa.

Esse é que foi o epílogo da história no dia 24 de agosto. Aí veio aquela coisa: Getúlio! Suicídio! Veio depois a candidatura do Juscelino, que se elegeu presidente da República, e o resto vocês já sabem.

Lacerda x Juscelino

O senhor cobriu o Congresso na crise de novembro de 1955? Qual foi o papel da imprensa na divulgação desse movimento?

Cobri a crise, sim. Já então a UDN havia perdido muito aquela ascendência na imprensa, e o PSD tinha conquistado bastante espaço. A tal ponto que o movimento do Lott em 11 de novembro de 55, quando depôs Carlos Luz, e em 21 de novembro de 55, quando depôs Café Filho, já encontrou uma grande receptividade na imprensa, porque Carlos Lacerda tinha conquistado muita antipatia ao defender um “regime de emergência”. Carlos Lacerda sustentava a seguinte tese: eles tinham derrubado Getúlio, Café Filho havia assumido, mas não tinha desmontado a máquina getulista no governo. Então, uma eleição logo em 55 permitiria a volta do que o Carlos chamava de “os gregórios”. E aí ele passou a defender a instalação de um regime de emergência para fazer o saneamento do país, para que o país pudesse então enfrentar uma eleição. Não houve isso, Café Filho se negou a entrar nessa conspiração, já era presidente da República e estava querendo dar posse ao Juscelino. Mas Lott se antecipou e deu o primeiro golpe, de 11 de novembro, e o segundo golpe, de 21 de novembro, já aí com o apoio da imprensa, porque Lott e Denys apresentavam aquilo como um “contragolpe”. Diziam que o golpe seria dado pelo Carlos Lacerda e pela UDN e que eles estavam antecipando um contragolpe para garantir a posse de Juscelino.

Como a imprensa via Café Filho?

Café Filho era um político de certa forma resultado da mídia. Ele fez muito boas relações com os jornalistas porque no seu primeiro ano de mandato, em 1946, ainda na Constituinte, apresentou um projeto aumentando os salários dos jornalistas. Ao mesmo tempo que conquistava a antipatia dos donos de jornal, que iam ter que arcar com aquele aumento, ele conquistou a classe de jornalistas, os quais passaram a lhe dar um apoio enorme. E o Café fez durante dois anos um negócio chamado Comando Jornalístico Parlamentar: ele ia com um de nós, de preferência o Heráclio Salles, que era do *Correio da Manhã*, dar incerta em uma penitenciária, um presídio, uma delegacia, na Sunab, e levava para a Câmara o resultado daquele comando, daquela investigação que ele tinha feito, fazia um discurso explorando aquela visita. Ele mesmo produzia o assunto, e os jornalistas lhe davam grande cobertura. Naquela época havia essa interdependência entre ele e os jornalistas.

Mas o senhor não acha que, em função desse episódio do 11 de novembro, a imagem que ficou de Café Filho na memória política brasileira é menos a de um deputado combativo do que a de um presidente fraco, que se escondeu sob pretexto de um problema cardíaco? A Tribuna da Imprensa teria falhado em esclarecer melhor o papel da UDN, de Café Filho? A versão vitoriosa teria ficado com a Última Hora?

Àquela altura dos acontecimentos a *Tribuna* já estava muito contra o Café, porque Carlos Lacerda queria exigir o adiamento das eleições, e o Café não permitiu, fez as eleições no dia 3 de outubro, como estava marcado. Carlos Lacerda já estava com raiva do Café, acusando-o de querer dar posse a Juscelino. Café realmente teve aquele problema no coração, que hoje se contesta muito, mas sobre o qual ele apresenta os laudos de médicos importantes: Teobaldo Viana, Raimundo Carneiro, Genival Londres, Aarão Benchimol subscreveram o laudo de que ele tinha tido um problema coronariano e precisara se internar no hospital. E a versão que eu tenho do Café é de que ele queria dar posse ao Juscelino, apesar de Lacerda lutar muito para ele não fazer isso. A tal ponto que quando ele quis reassumir o governo, no dia 21 de novembro, estava decidido a dar posse a Juscelino. Mas aí já era tarde: Lott e Denys já não confiavam nele, cercaram o seu apartamento em Copacabana e impediram a sua saída para o Catete.

Há até um episódio muito curioso: quando houve a votação do primeiro *impeachment*, no dia 11, Carlos Luz realmente estava em endereço incerto e não sabido, porque se encontrava a bordo do *Tamandaré*, em alto-mar. Foi com base nisso que Alkmin conseguiu levar a Câmara a aprovar o *impeachment* de Carlos Luz. Mas no segundo *impeachment*, Café não estava em local incerto e não sabido, estava no apartamento dele. O próprio Lott queria saber se a Câmara podia dar aquele segundo *impeachment*. Capanema também estava nessa tese, e então Alkmin o chamou e disse: “Capanema, você quer saber se o presidente Café Filho está impedido? Então vamos lá a Copacabana.” Eu, quando vi o Alkmin convidando o Capanema para ir, fui atrás, com dois jornalistas, um deles o Oyama Teles, no meu Opelzinho. Chegamos no Posto 6, Alkmin saltou com Capanema, Guilhermino de Oliveira e Último de Carvalho. Quando eles saíram do carro e olharam aquele monte de tanques blindados, Alkmin perguntou: “Ele está ou não está impedido?” “Está.” “Então vamos voltar e votar.” Voltaram para o Congresso e votaram o segundo impedimento, o do Café.

Houve efetivamente um engajamento da população na defesa da legalidade, da posse de Juscelino? Como isso se refletia nas galerias do Palácio Tiradentes?

Com o apoio do povo aos discursos. Eu me recordo, por exemplo, que Vieira de Melo⁴ teve um debate inesquecível com Lacerda. A primeira pessoa, primeira e única até hoje, que eu vi levar vantagem em um debate com Lacerda foi Vieira de Melo nesse dia. Ele defendia a posse do Juscelino, Carlos Lacerda era contra, e a posse do Juscelino era altamente popular.

O clima das galerias interferia no posicionamento dos deputados?

Ah, sim. Tempos depois Vieira de Melo e Carlos Lacerda tiveram outro debate, mas aí Vieira de Melo ficou em desvantagem. Na ocasião ele estava defendendo a cassação do mandato do Carlos por causa do telegrama 293.⁵ Lembram dessa história? Eles tiveram um debate na TV Rio, e Carlos Lacerda levou uma vantagem louca, porque Vieira de Melo naquela ocasião era o verdugo, era o tirano que queria cassá-lo.

Eu me recordo, por exemplo, do dia da votação da cassação do mandato de Carlos Lacerda, por causa desse telegrama 293. Às três horas da manhã Vieira tinha acabado de fazer um discurso a favor da cassação, e Afonso Arinos fez um discurso contra. Foram dois discursos tão compactos e tão perfeitos na forma e no conteúdo que você não vê no texto nenhuma chance para um aparte. Não houve apartes. Começou então a votação, e quando se viu, pelo andamento da apuração, que não se iria alcançar os 2/3 necessários para a cassação, as galerias vieram abaixo em aclamação, lenço branco. Carlos Lacerda saiu do Palácio Tiradentes à frente de uma carreata, às três horas da manhã, buzinando até Copacabana. Carros atrás, populares acenando, com bandeiras, acompanhando o carro dele. Era esse o clima.

Em função do telegrama 293, o governo Juscelino iria emitir informalmente a orientação de que não se deixasse Carlos Lacerda ter acesso ao rádio e à televisão. O senhor sentiu a pressão do governo no sentido de não noticiar, de não dar acesso a determinados políticos?

Naquele tempo havia um negócio chamado de Comissão de Rádio, que era presidida pelo general Olímpio Mourão Filho, aquele general que terminou começando 64. Através dele Juscelino realmente executou essa política de isolar e silenciar Lacerda. E Juscelino me disse uma coisa certa vez, com um pouco de cinismo mas com muita objetividade: “Murilo, Lacerda derrubou Getúlio, e eu não queria que ele me derrubasse. Se eu franqueasse o rádio e a televisão a ele, ele ia me derrubar. Então eu tomei a medida preventiva de impedir o acesso dele ao rádio e à televisão.” E realmente, durante os cinco anos do Juscelino, Carlos Lacerda não teve

⁴ Deputado federal pelo PSD da Bahia, Vieira de Melo foi escolhido em abril de 1955 vice-líder de seu partido na Câmara e, em dezembro, vice-líder da maioria. No ano seguinte, seria eleito líder do PSD e da maioria. Ao longo de seu mandato combateu o então deputado Carlos Lacerda, da UDN. Ver *DHBB*, op. cit.

⁵ Em 27 de março de 1957, Carlos Lacerda leu na tribuna da Câmara um telegrama secreto, escrito em código, pertencente ao arquivo do Ministério das Relações Exteriores e proveniente da embaixada brasileira em Buenos Aires. O telegrama fazia referência a um inquérito realizado pelo Exército da Argentina, que implicava João Goulart como negociador, junto a Péron, então presidente argentino, de uma transação de exportação de madeira para aquele país, cujo pagamento teria sido revertido para a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1950. Eleito líder da UDN na Câmara em abril, Lacerda foi acusado pelo governo de ter fornecido elementos para a decifração do código secreto do Itamarati. Em seguida, o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, enviou mensagem à Câmara, acompanhada de ofício da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, pedindo licença para processar Lacerda por crime contra a segurança nacional. Depois de intensa repercussão, o caso teve um desenlace favorável a Lacerda, com a recusa da Câmara, por uma diferença de 12 votos, em conceder a licença para processá-lo. Ver *DHBB*, op. cit.

acesso ao rádio e à televisão. E foi um governo considerado altamente democrático. Mas realmente nesse detalhe ele não cedeu, porque achava que se franqueasse o rádio e a televisão a Lacerda, estaria com os dias contados no governo.

O senhor pessoalmente foi alguma vez pressionado para não dar determinada notícia? Estamos falando do período democrático, não ainda do período da ditadura militar.

Não. Vejam bem. Naquele tempo havia muita influência dos partidos políticos nos jornais. Por exemplo, a UDN tinha uma influência muito grande sobre o *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas, e sobre o *Diário Carioca*, com José Eduardo de Macedo Soares, Horácio Carvalho, Prudente de Moraes Neto e Danton Jobim. O *Correio da Manhã*, durante a campanha contra Getúlio, também foi muito influenciado pela UDN — eram Paulo Bittencourt, Paulo Filho e Álvaro Lins —, mas já na campanha de Juscelino se bandeou. Chateaubriand, nos Diários Associados, tinha influência udenista, mas até certo ponto. No momento em que Chateaubriand foi convidado para ser embaixador em Londres, os Diários Associados mudaram para o apoi ao Juscelino. No *Estado de S. Paulo*, os Mesquitas obedeciam muito à UDN paulista. Herbert Levy, Aureliano Leite, Valdemar Ferreira exerciam muita influência sobre o *Estado de S. Paulo*. As *Folhas* já eram mais neutras.

A UDN tinha, portanto, o *Estado de S. Paulo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*. O *Globo* também era meio udenista, mas ficava flutuando entre uma coisa e outra, mais imparcial. Então, não havia propriamente uma pressão de governo nem de grupos econômicos. Havia pressão de partidos sobre os jornais.

Manchete x O Cruzeiro

O senhor teve contato pessoal com Juscelino Kubitschek?

Sim. Juscelino sofria uma tenaz campanha do Lacerda, eu era o chefe da seção política da *Tribuna da Imprensa*, e Juscelino sempre me tratou com muita deferência e com muito carinho até. Da segunda vez que foi a Brasília, em 1957, me levou com ele. Nós decolamos daqui, em um avião da Aerovias Brasília, pousamos em Belo Horizonte, decolamos novamente para Brasília e lá pousamos em uma pista improvisada atrás do Catetinho.⁶ No dia seguinte, às quatro horas da manhã, estava o Juscelino batendo nos nossos quartos, no segundo andar do Catetinho, nos acordando e dizendo: “Vamos ver as obras de Brasília!” Ele nos colocou em uma Rural Willis e fomos para onde hoje é a Praça dos Três Poderes. Ele dizia: “Aqui vai ser a Câmara, aqui o Senado, aqui o Palácio do Planalto, onde eu vou trabalhar, aqui vai ser o Supremo Tribunal, aqui vão ser os ministérios.” Eu olhava e só via lama ou poeira. Voltei de lá horrorizado! Reuni os Blochs lá na Frei Caneca, Adolpho, Oscar, e disse: “Olha, vamos entrar nessa de Brasília, porque o homem é doido e vai construir Brasília!” Foi aí que a *Manchete* entrou na onda de Brasília.

Eu ia toda semana para Brasília com Jáder Neves, que trabalhou conosco até há pouco tempo, e produzíamos fotografias e textos sobre as obras de Brasília. Porque nós raciocinávamos do seguinte modo: quantos brasileiros nós éramos então? Cinquenta milhões? Quantos tinham a chance de ir a Brasília ver se aquilo era para valer ou não? Oitocentos, 500? Era difícil avião, mais difícil ainda hotel, que não

⁶ Projetado por Oscar Niemeyer, o Catetinho foi a primeira hospedagem, rústica e provisória, de Juscelino Kubitschek em Brasília. Para mais informações ver Murilo Melo Filho, *Testemunho político* (Rio de Janeiro, Bloch, 1997).

havia. Então nós começamos a mostrar as obras de Brasília todas as semanas. Daí que a *Manchete* entrou na onda de Brasília. A tal ponto que, no dia 21 de abril de 1960, nós publicamos uma edição extra e especial sobre a nova capital com 1 milhão de exemplares que se esgotaram em 48 horas. *O Cruzeiro* só publicava reportagens sobre Brasília como matéria paga da Novacap. Enquanto as revistas do mundo todo, *Time-Life*, *Paris Match*, estavam dando páginas e páginas sobre a inauguração da nova capital do Brasil, *O Cruzeiro* continuava aferrado à idéia de que só publicava Brasília como matéria paga.

Como era a disputa entre essas duas grandes revistas semanais de notícias, a Manchete e O Cruzeiro?

Quando a *Manchete* surgiu, *O Cruzeiro* tirava 700 mil exemplares por semana, além de ter uma edição em espanhol e ser apoiado por uma rede de jornais, de rádios e já de televisão. E surgiu a *Manchete* sozinha para enfrentar todo esse conjunto. Poucos anos depois *O Cruzeiro* fechava as portas, e a *Manchete* está aí ainda hoje, com 46 anos de circulação ininterrupta; todas as quartas-feiras nas bancas. Talvez seja uma das revistas mais antigas do mundo, como revista semanal ilustrada. Porque, como revista de texto, o *Time* realmente é mais antigo.

O perfil jornalístico das duas publicações, Manchete e O Cruzeiro, era distinto no início?

O Cruzeiro tinha muito mais recursos do que a *Manchete*. *O Cruzeiro* tinha grandes quadros de repórteres, com David Nasser, Jean Manzon, Indalécio Wanderley, Mário de Moraes, João Martins, e podia pagar muito melhor. A *Manchete* era uma revistinha para lutar contra esse conglomerado todo. Mas nós fomos pouco a pouco nos reequipando — esse foi o grande segredo da *Manchete*, o Bloch tinha o sangue dos gráficos nas veias e uma visão grande, sempre voltada para a frente —, enquanto *O Cruzeiro* deu para trás. Entrou naquele bolo dos Diários Associados, naquele condomínio, com a morte de Chateaubriand,⁷ e passou a sofrer mais ainda. E aí a *Manchete* foi pouco a pouco conquistando a área que antes era ocupada pelo *Cruzeiro*.

A supremacia da Manchete se deveu mais às inovações técnicas do que à definição de um perfil jornalístico?

Sim. Boa impressão, a cores, grandes máquinas de rotogravura, concepções industriais. A *Manchete* sempre achou que a gráfica era uma indústria que devia se expandir na horizontal, necessitava de grandes espaços, não podia ficar dependendo daqueles rolos de papel pesados em elevadores. Enquanto *O Cruzeiro* foi ali para a

⁷ A origem dos Diários Associados remonta a 1924, quando Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) comprou o matutino *O Jornal* e o *Diário da Noite*. Três anos depois, em 1927, foi fundada a revista *O Cruzeiro*. A cadeia continuou a se ampliar até março de 1959, quando foi adquirido o *Jornal do Commercio*. Em setembro desse ano, preocupado em dar continuidade após sua morte ao império jornalístico que havia construído, Chateaubriand instituiu o condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados, distribuindo 49% das ações e quotas que possuía a 22 de seus auxiliares, entre os quais seus dois filhos, gravando-as porém com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade. Em fevereiro de 1960 Chateaubriand foi acometido de uma dupla trombose que lhe provocou uma paralisia quase total. Em julho de 1962, doou os 51% restantes das ações e quotas que reservara para si a seus auxiliares, excluindo dessa segunda partilha seus filhos. Com a morte de Chateaubriand em abril de 1968, João Calmon, vice-presidente do condomínio acionário dos Diários Associados desde 1962, tornou-se presidente da empresa. Pouco tempo depois, abriu-se uma crise no seio dos Diários Associados, provocada por divergências entre um dos filhos de Chateaubriand, Gilberto, e João Calmon. Ver *DHBB*, op. cit.

Central do Brasil, rua do Livramento, atrás do túnel da Central do Brasil, nós estávamos lá em Cordovil, e depois viemos para aqui defronte do mar.

A campanha de Jânio

O senhor cobriu a campanha de Jânio Quadros e do general Lott, em 1960, já fora da Tribuna e trabalhando na Manchete, que era bastante próxima de Juscelino. Como era, para um jornalista engajado pessoalmente com algum candidato, cobrir uma campanha presidencial tão polarizada como foi essa?

Havia influência de alguns articuladores da candidatura do Jânio sobre alguns jornalistas. A tal ponto que Carlos Castello Branco, por exemplo, chegou a ser secretário de Imprensa do Jânio. Mas a *Manchete*, desde o começo, nunca teve partido, a não ser essa amizade de Adolpho com Juscelino. Afora isso, nunca apoiou um candidato ou outro. Sempre se manteve mais ou menos neutra, noticiando os dois lados, sem se comprometer com nenhum deles.

Eu fui a Cuba com Jânio, em maio de 1960. Sua candidatura tinha-se esvaziado muito, porque Juscelino havia inaugurado Brasília no mês anterior, estava inaugurando a Belém-Brasília, a indústria automobilística, a indústria naval, hidrelétricas, siderúrgicas etc., e os articuladores da candidatura do Jânio inventaram então essa viagem. Nós saímos daqui em um *Constellation* fretado à Varig, pousamos em Fortaleza, porque Jânio queria ver o açude de Orós, que tinha arrombado a parede, e de lá decolamos para Havana. Bebeu-se tanto nessa viagem de ida, caixas e caixas de uísque, que um colega nosso da comitiva desceu em Havana em estado de coma alcoólico. Foi levado de padiola para o hospital, recuperou-se em três dias e depois voltou a se incorporar à comitiva.

O Jânio que foi a Cuba era um Jânio pessimista, derrotado, tendo renunciado à candidatura em dezembro de 59⁸ — deixou Magalhães Pinto na sala com Quintanilha Ribeiro e Oscar Pedroso Horta, e saiu pela porta da cozinha. Mas o Jânio que voltou de Havana era outro. É que três dias depois de nós chegarmos a Havana, o nosso embaixador lá, Vasco Leitão da Cunha, ofereceu um coquetel na embaixada para a comitiva do Jânio e convidou Fidel Castro. Fazia apenas cinco meses que Fidel tinha descido de Sierra Maestra e entrado em Havana — ele entrou no dia 31 de dezembro de 1959 e depôs Fulgêncio Batista. Eles estavam muito estressados, muito exaustos, noites e noites sem dormir. Fidel chegou com Guevara, um dos tipos que mais me impressionaram na vida, com aquela bomba de asmático, sugando aquilo, e começou um história esquisita para cima do Jânio. “Imagine, dr. Jânio, que nós entramos aqui em Havana e queríamos nacionalizar uma empresa americana, e o dr. Manuel Urrutia, que nós tínhamos designado para presidente da República, era contra. Nós queríamos encampar um banco americano, e o dr. Urrutia se opunha. O senhor sabe o que eu fiz, dr. Jânio? Renunciei ao meu posto de primeiro-ministro. No que eu renunciei, o povo veio para esta praça e acampou aqui três dias e três noites exigindo a minha

⁸ No dia 18 de outubro de 1959, a convenção nacional do PDC homologou a candidatura de Jânio Quadros e indicou como candidato à vice-presidência Fernando Ferrari, dissidente do PTB e fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em meio a uma crise interna que provocou a renúncia de Lacerda à liderança da bancada da UDN na Câmara, a convenção nacional desse partido, reunida em 8 de novembro, apoiou a candidatura de Jânio e escolheu Leandro Maciel, governador de Sergipe, para disputar a seu lado a vice-presidência. A UDN decidiu também proibir a participação de Fernando Ferrari na campanha que seria iniciada no Norte, abrindo assim nova crise que levou à renúncia de Jânio à candidatura, sob a alegação de que sua proposta exigia um grau de unidade política ainda não alcançado. Em 5 de dezembro de 1959, Jânio decidiu aceitar sua indicação, obtendo assim maior autonomia em relação aos partidos que o apoiavam. Ver *DHBB*, op. cit.

volta” — vocês já estão vendo onde eu vou chegar. “Eu aí voltei, demiti o dr. Urrutia e nomeei o dr. Oswaldo Dorticós, que está aqui ao nosso lado, presidente da República.”

O Jânio que voltou de Havana me chamava lá atrás, no último banco do avião, rodando uma dose de uísque quente entre as mãos, e dizia: “Murilo, você viu o que o primeiro-ministro fez? Ele renunciou e o povo veio para a rua exigir a volta dele.” Tenho hoje absoluta certeza e convicção de que aquele episódio narrado por Fidel Castro em Havana ficou trabalhando na cabeça daquele maluco e influenciou decisivamente na atitude dele de renunciar. Tanto que, em Cumbica, vindo de Brasília, já tendo renunciado à presidência da República, Jânio perguntava em altos brados no avião: “E o povo? Onde está o povo que não veio me buscar?”

Brasília x Rio de Janeiro

Uma das justificativas da transferência da capital para Brasília era, segundo o próprio Juscelino, o fato de que o Rio era muito “cheio de política”. Quer dizer, o governante não tinha tranqüilidade para governar porque viviam batendo na porta do Palácio do Catete. Havia comentários na época sobre isso?

Juscelino estava um dia vindo de Belo Horizonte para o Rio, quando os estudantes fizeram uma greve dos bondes por causa do aumento de um tostão na passagem. Então Juscelino levou 60 minutos de vôo entre Belo Horizonte e o Rio, e levou duas horas do aeroporto Santos Dumont até o Catete. Estava tudo bloqueado, os estudantes tinham parado os bondes todos. Chegando ao Catete, e olhando pela fresta de uma janela aquela massa enorme de gente ali em volta, ele disse: “É, Murilo, temos que ir para Brasília, o Rio não dá mais.” Realmente o presidente da República era mais prefeito do Rio de Janeiro do que presidente da República. Ele tinha que olhar mais o problema local. E a proximidade do Palácio Tiradentes, do Palácio Monroe, com o Palácio do Catete submetia também o presidente a uma vigilância direta, imediata, de cada deputado e de cada senador.

Brasília deve ter sido um grande temor para os jornalistas: ir para o Planalto cobrir a atividade política, a atividade parlamentar, a atividade do presidente, com pouca infra-estrutura de telefones, telex... Como foi, para os jornalistas, o impacto da transferência das redações para Brasília?

Foi muito grande. Por exemplo, no meu caso concreto, fiz dois anos o programa “Congresso em revista” em Brasília gravando em um apartamento em bases precaríssimas, as câmeras amarradas com barbante. Aquele rolo de filme vinha por um portador num vôo, que chegava aqui e o levava à TV Rio. Não havia satélite, não havia *link*, não havia nada. Havia um telefone que falava para cá precariamente, estava começando o telex, não existia fax. Havia sobretudo falta de conforto em Brasília. Nós morávamos precariamente. Eu me recordo de que nos primeiros tempos dormia no chão no Brasília Palace Hotel, não tinha apartamento. Tudo isso criou um trauma grande, foi para lá realmente quem quis ir com o espírito de aventura e pioneirismo, porque quem pôde ficou por aqui.

Tenho a impressão de que nem Juscelino previu, naqueles primeiros anos, o isolamento de Brasília. Essa falta de comunicações, a dificuldade de telefone, tudo isso isolou muito o Congresso, muito mesmo. Deputados e senadores ficavam lá naquelas recepções, naqueles coquetéis pensando que aquilo era o Brasil. O Brasil estava pegando fogo e eles lá, isolados de tudo isso. Os primeiros anos de Brasília foram muito dramáticos nesse sentido.

Mas o senhor acabou se mudando mesmo para Brasília. Por quê?

Vou dizer. Porque desde aquela primeira vez que eu fui a Brasília, em 1957, consegui envolver a *Manchete* na onda de Brasília. Em 1960 o Adolpho reuniu a redação, disse que ia abrir um escritório em Brasília e precisava de uma pessoa para essa missão. Eu era naturalmente candidato, porque já estava indo toda semana, ia segunda e voltava sexta.

Houve uma semana em que na segunda-feira eu já fui para Brasília muito gripado, e então, em vez de voltar no vôo que saía de lá às seis horas da tarde de sexta-feira, o último vôo da semana, voltei na quinta com o Jáder Neves. Minha mulher estava grávida de três meses do nosso primeiro filho. Quando cheguei em casa, ela disse: “Murilo, você já veio hoje?” “É, estou muito gripado...” Para encurtar a história: aquele vôo em que eu vinha nas sextas-feiras foi o vôo que embicou aqui na baía de Guanabara e morreu todo mundo afogado dentro do avião. Então minha mulher disse: “Quer saber de uma coisa? Isso não é vida, a que estamos levando. Vamos embora para Brasília antes que haja outro desastre desse.” Foi aí que fomos para Brasília, com um filhinho de três meses, e comemos o pão que o diabo amassou. Não gosto nem de me lembrar daquele tempo, Brasília não tinha nada, para comprar um alfinete você precisava viajar 20 quilômetros até a Cidade Livre, onde ficavam os pioneiros em barracos. Lá havia um pequeno comércio incipiente, enquanto no Plano Piloto não tinha nada. Nada vezes nada! Minha mulher quase morre em dois partos, da segunda filha e do terceiro filho, porque só foi para Brasília a ralé dos médicos, ralé! Médico que tinha uma boa clientela no Rio e em São Paulo não ia para aquele fim de mundo. Só foi para lá médico iniciante, matavam à toa aqueles candangos na Cidade Livre, naquelas cidades satélites.

Mas foi uma época profissionalmente muito interessante para mim. Fiquei lá de 1960 a 65. Lá peguei o final do governo Juscelino, a posse do Jânio, a renúncia sete meses depois, aquela batalha da legalidade para a posse do João Goulart, a posse do Jango, aqueles três governos parlamentaristas, de Tancredo Neves, Hermes Lima e Brochado da Rocha, e a revolução de março de 64. Em 65 eu voltei.

Mas nesse período, o grande embate político na verdade não continuava no Rio de Janeiro, com Lacerda na Guanabara?

Ah, sim. A conspiração toda contra o Jango. É que naqueles primeiros anos o governo praticamente não ficava lá. Foram os militares que resolveram se estabelecer em Brasília depois de 64. Jango não parava lá, Jânio vivia se mexendo, estabeleceu o governo em Santa Catarina, na Paraíba, no Maranhão, o próprio Juscelino praticamente não se estabelecia lá, vivia voando de um lado para outro. Foi Castelo quem mudou o governo para Brasília, foi Costa e Silva, foi Médici, Geisel, Figueiredo. É uma dessas ironias do destino: foram os militares que consolidaram a obra de Juscelino.

Era diferente fazer política no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, e no Congresso em Brasília? O senhor acompanhou as duas casas. Dá para comparar?

Dizem que o Congresso, no tempo do Rio de Janeiro como a capital, era um Congresso elitizado, culto. Hoje o Congresso não é tão culto, não é tão elitista nem tão ilustre. Mas dizem que hoje o Congresso é mais autêntico e mais representativo das diversas camadas da população brasileira: tem índio, tem contrabandista, pianista, plutocratas, fazendeiros, advogados, médicos, empreiteiros. Naquele tempo, as forças econômicas preferiam eleger procuradores e elegiam candidatos que as

representavam. Mas hoje eles mesmos querem se eleger, direto do produtor ao consumidor. Essa é a diferença.

E quanto à mobilização da opinião pública, que no Rio comparecia, interferia diretamente sobre os rumos do Congresso? Havia diferença aí?

Não há dúvida. Desde que houve a transferência da capital para Brasília isso se alterou completamente, porque no Rio havia uma atuação mais direta da opinião pública sobre os parlamentares. Hoje, em Brasília, a não ser quando vão caravanas do Rio ou de São Paulo, a influência é muito mais reduzida.

A arquitetura do Congresso também teria um peso na relação dos congressistas com a platéia, com os próprios jornalistas?

Sim. Hoje os jornalistas não têm mais acesso ao plenário, ficam em uma galeria à parte. O próprio tamanho do Congresso, com aqueles edifícios e anexos, diluiu muito a concentração. Aqui não, era tudo no plenário, com aqueles nichos de galeria ali em cima. A concentração e a capacidade de influenciar eram muito maiores do que hoje.

É errôneo pensar que as sessões do Congresso aqui no Rio de Janeiro eram um evento, um programa carioca?

Ah, eram. As galerias permanentemente cheias, o ingresso livre. Nos dias em que os jornais anunciavam que Carlos Lacerda ia denunciar um determinado assunto, aquilo enchia que era uma coisa louca.

Considera-se muitas vezes que a ditadura militar, os fechamentos do Congresso que se sucederam, provocaram um desinteresse pela vida p[arlamentar]. A volta da mobilização, da fé no Congresso, só aconteceu com o impeachment de Collor em 1992? Ou o senhor registra uma etapa anterior, talvez a Constituinte de 1988?

Houve vários episódios. Primeiro, a ditadura realmente fechou os sindicatos, fechou o Congresso, fechou os partidos, fechou os diretórios acadêmicos e, ao fechar tudo isso, tamponou as fontes geradoras de lideranças. Nós hoje estamos sofrendo as conseqüências disso: há falta de líderes no Brasil. Realmente não houve uma safra. Mas depois da ditadura aconteceram algumas coisas que serviram para mobilizar: as “Diretas Já”, a Constituinte, o *impeachment* do Collor, aquele processo dos “anões”, que também atraiu muito interesse... Enfim, houve uns tantos episódios que conseguiram ressuscitar um pouco o interesse da opinião pública pela política brasileira. E com eles o Congresso em Brasília voltou a viver alguns dias de grande prestígio e de grande repercussão.

O jornalismo político, ontem e hoje

A crise do governo Vargas, em 1954, foi um momento em que a atividade do jornalista chegou a um extremo, no sentido de interferir, de influir nos acontecimentos. Hoje há espaço para o jornalista interferir tão diretamente no curso da política?

Hoje em dia, não. Vocês vejam que, daqueles 25 jornais diários, hoje o Rio está reduzido ao *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Jornal do Commercio* e *O Dia*. Hoje o jornalismo deixou de ser aquela coisa de idealismo, de luta política. Hoje ele é uma realidade, uma coisa mais complexa, mais cara, os donos de jornal são empresários importantes e que precisam ter bastante dinheiro. O jornalismo não pode mais ser feito na base do idealismo, do ímpeto juvenil, do romantismo.

Naquele tempo havia uma interdependência e uma aproximação entre jornalismo e política bem maiores. Tanto que vários jornalistas depois enveredaram pela política, a começar por Carlos Lacerda e Rafael Correia de Oliveira, que se elegeram deputados federais, e por Mário Martins, que se elegeu senador. Havia uma correlação grande entre o jornalista, sobretudo o jornalista político, e os políticos.

O senhor mesmo chegou a pensar em fazer uma carreira política, teve alguma perspectiva nesse sentido?

Tive. No meu tempo da *Tribuna da Imprensa*, Lacerda sempre quis que eu enveredasse pela política. Naquele tempo eu tinha o programa na televisão, a coluna na *Manchete* e mais a *Tribuna*. E Lacerda era um grande produtor de deputados, de senadores, de vereadores, como foi o caso de Raul Brunini,⁹ que ele elegeu vereador, depois deputado estadual, como foi o caso de Amaral Neto,¹⁰ de Mário Martins. Mas eu nunca quis, e vou dizer por quê. Aqui na Câmara eu participava muito da vida dos deputados e via os sacrifícios daqueles poucos que levavam a vida parlamentar a sério. Era uma vida de privação. Primeiro, porque eles vinham dos estados e tinham que alugar apartamento no Rio de Janeiro, precisavam continuar com o domicílio nos seus estados, família para lá, família para cá, não dispunham dessa mordomia de hoje, de passagens de graça, gabinetes de graça, assessores, assistentes, automóveis, não tinham nada disso. Eu pensava: meu Deus do céu, vou trocar a minha vida de jornalista, com certa liberdade de ação, até de criticar os políticos, e passar de estilingue a vidraça? Não. Vou continuar sendo jornalista. Outra coisa: eles passam e eu continuo. Vi passar tantos! Desde Getúlio, Café, Juscelino, Jânio, Jango, Tancredo, e eu continuo jornalista.

A vida pública no Brasil é muito ingrata nesse sentido. De quatro em quatro anos, o político é submetido a um teste nas urnas. Se ele não foi bem nos quatro anos e não teve um bom trabalho, não se reelege. E agora, principalmente, o dinheiro pesa muito. Eu me recordo, por exemplo, de um deputado, Osvaldo Fonseca, do PTB do estado do Rio, cunhado de Carlos Lacerda. Ele era rival em Barra Mansa do Celso Peçanha, que depois foi um dos melhores governadores do estado do Rio. Osvaldo Fonseca, no primeiro ano, foi para a Comissão de Justiça da Câmara e ficou lá dando pareceres, estudando projetos e mais projetos. Enquanto isso, Celso Peçanha estava todo dia no pinga-fogo lendo um telegramzinho: “O prefeito de Barra Mansa está reivindicando...” E a “Voz do Brasil” todo dia trombeteando o nome do Celso Peçanha para lá. E Osvaldo Fonseca, coitado, dando pareceres que não saíam na “Voz do Brasil”. O que ele fazia era uma coisa incógnita, desconhecida, mas ele trabalhava feito um doido! No fim do primeiro ano de mandato, Osvaldo Fonseca vai a Barra

⁹ O jornalista Raul Brunini Filho, conhecido por seu programa radiofônico pioneiro na transmissão de debates ao vivo, e profundamente identificado com Carlos Lacerda, foi o vereador mais votado do DF em 1954. Reelegeu-se vereador em 1958, e deputado à Assembléia Constituinte da Guanabara em 1960. Reeleito deputado estadual em 1962, foi nomeado pelo então governador Carlos Lacerda chefe de uma secretaria especial. Com a introdução do sistema bipartidário filiou-se ao MDB e obteve em 1966 uma cadeira na Câmara dos Deputados. Cassado pelo AI-5 em 1969, deixou a vida pública. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁰ Ao lado de Carlos Lacerda, Fidélis dos Santos Amaral Neto foi um dos fundadores da *Tribuna da Imprensa*, em dezembro de 1949. Em agosto de 1953, esteve mais uma vez ao lado de Lacerda, na criação do Clube da Lanterna. Eleito deputado pela UDN à Constituinte do recém-criado estado da Guanabara em outubro de 1960, tornou-se em seguida líder do governo. Em outubro de 1962, ainda na legenda da UDN carioca, foi o segundo mais votado para a Câmara dos Deputados. Intimamente identificado com Carlos Lacerda, teve uma participação ativa no movimento político-militar de 1964. Em 1965, depois de ter sido preterido na sucessão estadual — Lacerda optou pela candidatura de Flexa Ribeiro —, lançou-se candidato com o apoio do PL, mas foi derrotado. Ver *DHBB*, op. cit.

Mansa, tem um almoço com as lideranças municipais, e lá pelas tantas um líder empresarial se levanta e faz um discurso. “Dr. Osvaldo, nós votamos no senhor, queremos apoiá-lo na próxima eleição, mas eu acho bom o senhor começar a trabalhar, porque do contrário nós vamos votar mesmo é no dr. Celso Peçanha!” Osvaldo Fonseca voltou de lá, pediu demissão da Comissão e passou a só ler telegrama no pinga-fogo...

No exercício do jornalismo político, quais são as diferenças entre a cobertura diária para o jornal, a síntese semanal para a revista e o programa de televisão? O senhor teve as três experiências.

São três coberturas inteiramente diferentes. A primeira, do jornalismo diário escrito, é o acompanhamento ali em cima, permanente, dos fatos, às vezes com alterações entre a hora em que você escreve o texto e a hora em que o jornal roda à meia-noite. Morre um deputado, morre um senador, e altera tudo, haja vista o caso do deputado Luís Eduardo Magalhães. A cobertura da revista é uma cobertura mais tranqüila porque é semanal, você tem sete dias para escrever o texto, se houver alguma alteração você adapta, atualiza. E em terceiro lugar, a cobertura de televisão é realmente uma cobertura mais difícil, porque vai direto da boca do apresentador, do jornalista, para o ouvido e para o olho do telespectador. Não há revisão, você não tem chance de corrigir alguma coisa. É uma cobertura muito mais difícil e muito mais trabalhosa do que a de jornal e de revista.

Quando o senhor lançou a experiência pioneira do “Congresso em revista”, como foi o contato dos parlamentares com essa nova mídia?

Foi uma coisa que me surpreendeu bastante. Parecia até que eles tinham sido educados para aquilo. Eles se conduziam com tanta naturalidade, com tanta espontaneidade que eu mesmo ficava surpreso. Foram ao programa, por exemplo, Oswaldo Aranha, Juracy Magalhães, Soares Filho, Prado Kelly, e pela performance deles defronte das câmeras parecia que eles se tinham preparado a vida toda para aquilo. Falavam muito bem, com muita naturalidade. Eu fazia debates, também, entre o deputado que era a favor do divórcio e o que era contra. E eles se haviam tão naturalmente que empolgavam os telespectadores.

O senhor tem dados sobre qual era a audiência do seu programa?

A receptividade era muito boa, e vou lhe dizer por quê. Porque éramos só nós na TV Rio e o Arnaldo Nogueira na TV Tupi, com o programa “Falando francamente”, se não me engano. Esses eram praticamente os dois únicos programas políticos que havia na televisão.

Hoje há indicações de que, nos telejornais, quando vem assunto político, a audiência cai. A que o senhor atribui esse crescente desinteresse pelo jornalismo político, por saber o que o presidente faz, o que a Câmara que Deputados decide?

Talvez ao fato de que hoje há vários canais de televisão, há a Globo, a Record, a Manchete, a Bandeirantes, o Sílvio Santos, enquanto naquele tempo havia apenas TV Rio e TV Tupi. Nem eu nem Arnaldo Nogueira nunca fizemos uma aferição do Ibope, porque naquele tempo não havia isso. Havia, sim, repercussão, um programa que era muito comentado nas colunas de jornal — naquele tempo já havia colunas de jornal especializadas em televisão. Talvez por isso nós tentávamos fazer o melhor em cada programa.